Agenda 2030
e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Módulo 1
Agenda 2030 e os ODS 1, 2, 4 e 5

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CENTRO DE FORMAÇÃO E GESTÃO JUDICIÁRIA

ONU programa para o meio ambiente

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Conceituar o desenvolvimento sustentável;**
- **Discutir o marco global e nacional, que incrementa o debate sobre a Agenda 2030;**
- **Estabelecer relações entre o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030;**
- **Debater os efeitos das desigualdades no atual sistema socioeconômico e sua insustentabilidade;**
- **Analisar as formas para a redução das desigualdades, com base nos ODS 1, 2, 4 e 5, a partir de parcerias e meios para a sua implementação.**

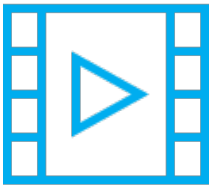
1.1 – Introdução

Caro aluno, seja muito bem-vindo ao nosso curso Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 é um compromisso assumido por 193 países e coordenado pelas Nações Unidas, adotado durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015. Essa agenda é composta por dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidas até 2030 por meio de ações específicas.

Os ODS substituíram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) criados no ano de 2000, durante a Cúpula do Milênio para combater até o ano de 2015, a extrema pobreza e a fome no mundo. Os ODS absorveram o que não foi cumprido nos ODM, ampliaram os temas e estenderam o compromisso para todos os setores da sociedade global: empresas públicas e privadas, ONGs, governos, lideranças políticas, ativistas e sociedade civil.

Este curso tem por objetivo geral aprofundar o conhecimento sobre a Agenda 2030 e refletir sobre os principais desafios para a implementação dos ODS, para que até 2030 possamos atingir as metas na efetivação dos Direitos Humanos e na promoção do Desenvolvimento Sustentável para garantir a vida no planeta. O estudo dos ODS é muito relevante no contexto do judiciário, pois o primeiro passo para cumprir a Agenda 2030 é conhecer os ODS e as suas metas, pois cabe ao Judiciário o julgamento das demandas que envolvem o conflito no cumprimento da legislação pertinente sobre todos os temas inerentes aos ODS.



Veja a seguir um vídeo do Superior Tribunal de Justiça sobre a Agenda 2030: https://youtu.be/QxSDkgAeudc

Para fins didáticos, no nosso curso, os ODS não serão apresentados na ordem numérica, mas sim por relação temática. Ao longo dos quatro módulos, conheceremos os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No Módulo I, estudaremos o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030 e os ODS 1- Erradicação Da Pobreza, ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 4 - Educação de Qualidade e ODS 5 - Igualdade de gênero. Traremos alguns *links* e vídeos para exemplificar cada ODS para você ter uma compreensão melhor do conteúdo.

A palavra "sustentabilidade", nos últimos anos, tem estado cada vez mais presente na vida cotidiana. Acostumamo-nos a ouvir termos como consumo sustentável, mercado verde e *ecofriendly* (amigo do ambiente).

Apesar de ser tão presente em nossas vidas, você sabe realmente o que significa a sustentabilidade, como esse conceito surgiu e como se tem desenvolvido?

Na verdade, para falar em sustentabilidade, temos que entender um conceito maior: o de desenvolvimento sustentável.

Este módulo é justamente para discutirmos esses conceitos, suas práticas e seus efeitos para a constituição dos ODS. Aproveite!

1.2 – Desenvolvimento Sustentável

Quando falamos em desenvolvimento sustentável, a primeira questão que devemos compreender são as relações de exploração do homem na natureza. Num ambiente ideal, todos os seres convivem harmonicamente, em um equilíbrio perfeito, orquestrado pela biodiversidade. Na prática, ou num mundo não tão ideal assim, a partir do momento em que os seres humanos passaram a explorar os recursos da natureza de modo não harmônico e produziram desequilíbrio ambiental, o ser humano passou a ver-se como parte dominante da natureza e de seus recursos e não como parte do todo.

Essa separação do homem-natureza já vem de muito tempo, baseada na exploração da natureza para suprir os interesses humanos. Porém, foi a partir da Revolução Industrial que esse processo se intensificou. Recursos naturais como água, madeira e minério passaram a ser explorados de forma intensa para fomentar o crescimento das diversas indústrias e do modo de vida urbano, com casas, prédios e ruas pavimentadas.

Como você já deve imaginar, os efeitos dessas práticas foram nocivos para o meio ambiente e suas diversas camadas. Os impactos desse desequilíbrio não estão associados apenas ao aquecimento global e ao derretimento das calotas polares ou à poluição de rios e mares, que fazem que os peixes tenham grande incidência de plástico em seu estômago. Estão relacionados, também, à alimentação do dia a dia das pessoas envolvidas nesse processo ou dele excluídas.

Por exemplo, a produção de alimentos industrializados desencadeia uma série de efeitos para o desequilíbrio ambiental e social. A concentração de terras e de riquezas e a produção de monoculturas em áreas extensas para abastecer modelos de comercialização de cadeias de produção agroindustrial – como matéria-prima para produção de alimentos em indústrias agroalimentares multinacionais, denominadas por Ploeg (2006) de “impérios alimentares” –, talvez sejam as mudanças estruturais mais significativas do sistema alimentar moderno. Em consequência, a dependência da agricultura, no caso desses insumos industriais, desencadeou um processo de desvalorização do homem do campo, endividamento, empobrecimento e êxodo rural (com inchaço dos anéis dos centros urbanos e com desigualdades sociais), escassez de recursos ambientais e degradação da biodiversidade, da oferta diversa de espécies nativas e das culturas tradicionais. (ZANETI, 2017, p. 35).

Essas consequências, percebidas nas esferas ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas, começaram a ser vistas como um sinal de alerta a partir do final da década de 1950. A partir disso, uma série de encontros locais e mundiais foram feitos para discutir os conceitos (e práticas) do desenvolvimento sustentável. A grande incoerência disposta nessa época perdura até a atualidade, por um lado, algumas economias estavam crescendo e por outro, quem pagava essa conta era o ambiente e as sociedades de nações que estavam sendo exploradas. Como marco dessa discussão, podemos elencar a publicação do livro de Rachel Carson “A primavera silenciosa”, com uma série de denúncias sobre os impactos desse, até então, novo modo de vida. As discussões foram feitas, especialmente pela França e União Europeia, sobre um novo modelo de utilização de recursos, a partir de uma população cada vez mais preocupada com a saúde e meio ambiente. A seguir, veremos como esse conceito evoluiu ao longo do tempo.

1.2.1 – Conceito

Um autor de referência quando o assunto é desenvolvimento sustentável é o francês Ignacy Sachs. Ele conseguiu relacionar a sustentabilidade como uma prática interdisciplinar, isto é, ligada a diversas ciências. Segundo Sachs (2009:15), a sustentabilidade apresenta as seguintes dimensões:

Sustentabilidade social
Está atrelada às relações do homem com o meio em que vive, de modo que viabilize uma sociedade mais justa e includente, capaz de reduzir o grande espaço que separa a maioria pobre e a minoria rica, como a capacidade de exercício das atividades econômicas da comunidade, a manutenção das suas relações sociais no meio em que convive.

Sustentabilidade ambiental
Está relacionada com a harmonização entre o aproveitamento e a conservação dos recursos naturais, ou seja, o uso racional e equilibrado do meio ambiente às reais necessidades dos povos, como o uso limitado dos recursos não renováveis e o aumento no uso dos recursos renováveis, diminuição da poluição, promoção da conscientização dos indivíduos para a produção e consumo moderados, entre outros.

Sustentabilidade territorial
É a distribuição espacial dos recursos, das atividades e das pessoas, de modo a encurtar o espaço entre zona urbana e rural, entre pobres e ricos.

Sustentabilidade econômica
É a destinação e o gerenciamento eficiente dos recursos a partir de uma avaliação macrossocial, ou seja, que abranja grande parte da população, e não apenas as grandes empresas.

Sustentabilidade política
Está atrelada à necessidade de um governo democrático, consubstanciado no princípio da liberdade e no exercício dos direitos, de modo que permita aos indivíduos serem verdadeiros agentes ativos no processo de desenvolvimento e não apenas destinatários passivos dos benefícios do sistema.

Assim, Ignacy Sachs já previa os problemas sociais e ambientais decorrentes do desenvolvimento sem limites e apresentou a necessidade de harmonizar o crescimento econômico às restrições do meio ambiente mediante o equilíbrio de sintonia entre as cinco diferentes dimensões expostas acima, de maneira a satisfazer as reais necessidades da humanidade e de garantir o futuro de todo o ecossistema.

E foi diante da preocupação mundial com o meio ambiente e o seu capital natural limitado, que a Organização das Nações Unidas (ONU) mostrou-se interessada com o futuro da humanidade e da biodiversidade a partir de várias conferências; seu marco inicial foi a Conferência Sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972. Posteriormente, houve uma série de outros eventos, como podemos ver no quadro a seguir:

Relatórios e conferências ligadas ao desenvolvimento sustentável

Documento	Conferência	Descrição
Relatório: **Os limites do crescimento** (modelo de análise do que poderia acontecer com a humanidade caso se mantivesse o ritmo de crescimento a qualquer custo: o colapso)	Clube de Roma (1968)	Com a evolução do conceito "desenvolvimento sustentável": 1968 – Origem do termo (ecodesenvolvimento) Criação do Clube de Roma – foi o pioneiro no caminho para consciência internacional de graves problemas mundiais ligados ao meio ambiente para debater a crise e o futuro da humanidade (os limites do crescimento).
Conferência de Estocolmo	ONU (1972)	Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Estocolmo), a qual deu origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. Ocorre pela primeira vez em nível mundial a preocupação com as questões ambientais globais
Relatório Nosso Futuro Comum (avaliação da situação ambiental do mundo e estratégias para superação dos problemas)	Comissão Brundtland (1987)	Surgimento do termo – a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) adotou o conceito de desenvolvimento sustentável em seu relatório Our Common Future (Nosso futuro comum), também conhecido como **Relatório Brundtland**.
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-CNUMAD: RIO 92 - Agenda 21	ONU (1992)	O conceito foi definitivamente incorporado como um princípio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra - Eco-92, no Rio de Janeiro.
Conferência das Nações Unidas RIO +10	ONU (2002)	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo - África do Sul - (Rio+10).
Conferência das Nações Unidas RIO +20	ONU (2012)	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada no Rio de Janeiro – Brasil - (Rio+20).
Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 Documento "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (A/70/L.1)	ONU (2015)	Reunião dos representantes dos 193 Estados-membros da ONU realizada em Nova York – Estados Unidos.

Fonte: Elaboração da autora (2020)

Todos esses eventos auxiliaram a construção desse entendimento do desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, que é plural e orgânico, moldando-se à realidade, às necessidades e aos novos estudos.

Assim, podemos evidenciar **dois** principais pilares conceituais:

- O primeiro é baseado na Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, que argumenta ser o desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades;

- O segundo foi desenvolvido no Relatório de Brundtland e argumenta que o desenvolvimento sustentável significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (AMAZONAS, 2012).

Assim, é imprescindível ressaltar que, para que haja a sustentabilidade, diversas dimensões precisam trabalhar harmonicamente, como proposto por Sachs (2009). Para este autor, a sustentabilidade só é possível se as dimensões ambiental, econômica, social, cultural e outras estiverem em equilíbrio.

De forma mais simplificada, usamos o jargão: “Economicamente viável; Ambientalmente Correto; Socialmente Justo”, para demonstrar que, se esses três pilares não estiverem alinhados, algo ou alguém estarão sendo explorados de alguma forma, inviabilizando o desenvolvimento.

No Brasil, essa preocupação mundial foi representada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, no Rio de Janeiro, mais conhecida como RIO-92, com a aprovação da Agenda 21.

A Agenda 21 é um documento de referência, representa o marco da preocupação mundial com o meio ambiente e determina a prática de ações firmadas com o desenvolvimento sustentável. Assim, a CNUMAD e a Agenda 21 são referência para todo o mundo na implementação de novas práticas sustentáveis.

1.3 – Agenda 2030

1.3.1 – O que é?

Segundo a ONU, a Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, comprometeram-se a implementar a Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU). Essas nações se comprometeram a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da penúria e a curar e proteger o planeta. Os signatários estão determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo a um caminho sustentável e resiliente. O embarque nesta jornada coletiva está ancorado no compromisso de que ninguém seja deixado para trás.

A Agenda 2030 é composta por dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas, que demonstram a escala e a ambição desta nova agenda universal. Eles se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis e equilibram três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

Os dezessete ODS e 169 metas estimulam a ação até o ano de 2030 em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta, a saber:

Pessoas

Acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões e garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade, em um ambiente saudável.

Planeta

Proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais, tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras.

Prosperidade

Assegurar que todos os seres humanos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal e que o progresso econômico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza.

Paz

Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estejam livres do medo e da violência. Não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz e não há paz sem desenvolvimento sustentável.

Parceria

Mobilizar os meios necessários para implementar a Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, com base num espírito de solidariedade mundial reforçada, concentrada em especial nas necessidades dos mais pobres e mais vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas.

A Agenda Pós 2015

Foi um processo iniciado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para formular os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em substituição às propostas pautadas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Os ODM foram criados entre o fim da década de 1990 e 2000 como uma série de objetivos e metas capazes de influenciar os planos de desenvolvimento e políticas públicas de todos os países, além de gerar auxílio para aqueles menos desenvolvidos nas áreas previstas, por meio de cooperação internacional e recebimento de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Desde então, muitos passos foram dados, mas diversos países ainda estão distantes de alcançar as metas estabelecidas.

O prazo "limite" para o mundo atingir esses oito ODM expirou em 2015. Por isso, durante a cúpula Rio+20 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável), em 2012, iniciou-se um processo de discussão e planejamento da construção de novos objetivos e metas comuns para o desenvolvimento mundial que pudessem ser mais participativos e abrangentes.

Para saber mais consulte o *link*: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/

2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Até aqui estudamos o que é o desenvolvimento sustentável, o histórico da formação de seu conceito e as ações feitas para que ele fosse posto na prática. Como vimos, apesar do avanço em direção à sustentabilidade, ainda há uma vasta agenda a ser seguida. Agora, neste tópico, vamos falar sobre quatro ODS relacionados com o tema do nosso módulo, suas metas e refletir sobre suas práticas e efeitos na sociedade. São eles:

ODS	Objetivo
Erradicação da pobreza	ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Fome zero e agricultura sustentável	ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Educação de qualidade	ODS 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Igualdade de gênero	ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

2.1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA - ODS 1

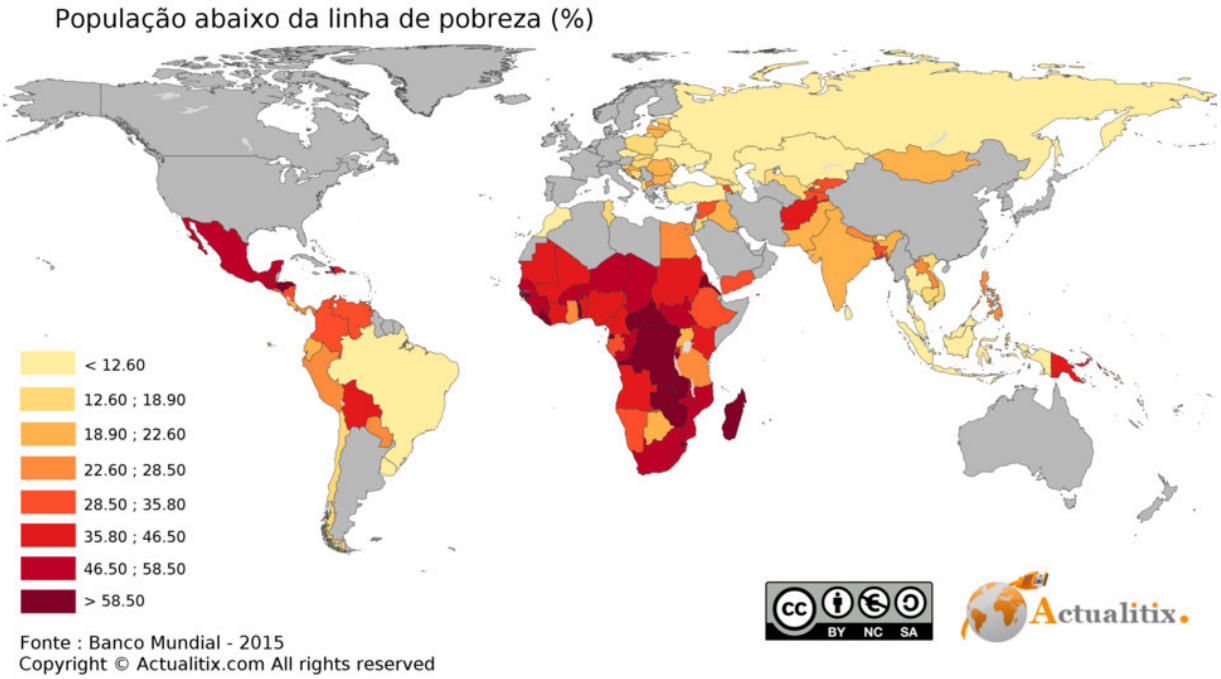
Objetivo: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (ODS 1)

Como vimos, um dos pilares do tripé da sustentabilidade é a economia. No "jargão" mencionado acima, a sustentabilidade precisa ser economicamente viável e isso tem muitas implicações. Para ilustrar, acompanhe as situações a seguir:

Se você vai ao supermercado e pretende comprar um pé de alface orgânico, mas ele custa 5,00 reais, pode ser que você ache um valor alto para seu orçamento e acabe comprando verduras obtidas de modo convencional. Mas pode ser que você decida que vale o investimento. Porém, o agricultor que cultivou esse alimento ganha cerca de 20% desse valor e, provavelmente, é mais um dos trabalhadores da terra que vive abaixo da linha da pobreza.

Você compra algo *ecofriendly*, como esses canudos reutilizáveis de um site chinês, pois você considera caros os produzidos artesanalmente no Brasil. Esses produtos "baratos" acabam tendo um custo social muito alto. Quando falamos em ser economicamente viável, necessariamente, precisa ser, também, socialmente justo.

No mapa a seguir, observamos os países cujas populações encontram-se abaixo da linha de pobreza.



Fonte: https://pt.actualitix.com/pais/wld/populacao-abaixo-da-linha-de-pobreza.php

Atualmente, quase metade da população mundial vive abaixo da linha da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2018). A grande incoerência é que grande parte dessas pessoas trabalha para fabricar matéria-prima e produtos manufaturados, ganhando, muito vezes, cerca de U$ 1 por dia, para as grandes empresas que vendem um produto "barato" e faturam grandes montantes de lucro pela grande escala vendida. Sim, pode parecer que não, mas a forma como consumimos pode ser responsável por alimentar esse ciclo de exploração e pobreza/concentração de renda.

Para aprofundar o tema, podemos ver a evolução desse cenário no vídeo da ONU abaixo: https://youtu.be/VRg6RJwIb7I

No Brasil, a erradicação da pobreza é tomada como objetivo fundamental na Constituição:

> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
>
> I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
>
> II – garantir o desenvolvimento nacional;
>
> **III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;**
>
> IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Apesar disso, segundo dados do IBGE (2019), cerca de 13,5 milhões e meio de pessoas vivem com uma renda média de 145,00 reais mensais, um valor tão baixo que dificilmente consegue suprir as necessidades básicas de alimentação. Esse número, que se concentra especialmente no Norte e Nordeste, é causado por diversos fatores, como o desemprego e a baixa remuneração por trabalhos executados.

A pobreza é, então, uma das causas mais urgentes da agenda 2030, uma vez que, enquanto aquela existir para tantos e causar suas consequências devastadoras, como a fome e a falta de acesso a saneamento básico e educação, não haverá paz nem desenvolvimento, visto que este é muito mais amplo e complexo que o crescimento econômico. É diante desse contexto que a ONU elencou as seguintes metas para erradicar a pobreza:

METAS

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de US$ 1,25 por dia[1];

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;

[1]Em 2015, o Banco Mundial atualizou o parâmetro de avaliação das pessoas que vivem na pobreza extrema para aquelas que vivem com US$ 1,90 por dia ou menos. O valor anterior era de US$ 1,25 por dia. Apesar da ONU considerar o valor de 1,90, não houve mudança no texto da meta, até o momento.

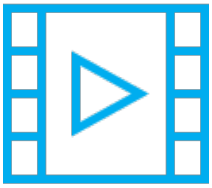
1.b Criar marcos políticos sólidos em nível nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

Quais seriam os meios para atingir essas metas?

Podemos pensar que a erradicação da pobreza passa por vários níveis e ações que devem ser sustentadas ao longo do tempo. Primeiramente, é papel do estado garantir o acesso das populações vulneráveis aos seus direitos fundamentais, como educação e saúde. Também é importante que o estado crie estratégias de fortalecimento dessas populações de modo que, ao longo do tempo, possam ir ascendendo a camadas mais altas. Vale ressaltar que o Brasil tem alguns importantes programas de acesso a renda, como o Bolsa Família, que garante uma renda mínima para famílias que vivem na pobreza. Porém, não é apenas a renda, mas especialmente a educação que garantirá melhores condições de vida e equidade social e de oportunidades. O Banco Mundial recomenda também que o estado tenha sua economia estável e fortalecida e a inflação seja controlada para que a população vulnerável não sofra as consequências da variação do mercado. Além da esfera governamental, o terceiro setor, como ONGs, também é um importante aliado, já que consegue trabalhar conjuntamente com a comunidade e construir soluções desde a base.

No *link* a seguir, você pode acompanhar o caso de uma ONG em que o microempreendimento, associado à educação financeira e fortalecimento de pequenos comércios locais, é essencial para garantir a autonomia e o fortalecimento econômico de populações à margem do desenvolvimento. Novamente, a educação e o acesso à informação se mostram como pilares essenciais para um acesso sustentável à renda.

Acesse o *link*: Aventura de Construir.
https://aventuradeconstruir.org.br/ods-em-pauta-aventura-de-construir-e-o-ods-1-erradicacao-da-pobreza/?gclid=EAIaIQobChMIxLe7243Y6gIVig6RCh35FgVdEAAYASAAEgK6MfD_BwE



Um outro exemplo interessante é o caso de um projeto, em Alagoas, cujo principal entendimento é que erradicar a pobreza é mudar o mundo. A grande questão é que esse projeto não acredita que apenas políticas públicas de acesso à renda resolvam a questão da pobreza crônica. Assim, o projeto atua na capacitação da população em situação de vulnerabilidade para que eles possam inserir-se ativamente na economia e, assim, quebrar o ciclo da pobreza por meio do trabalho digno e de remuneração adequada. Acompanhe no vídeo: https://youtu.be/qS5O0ZI77cg

Após verificar esses dados, podemos entender por que a pobreza é uma questão urgente da agenda 2030.

E você sabe quais são as consequências diretas da pobreza?

Talvez, a mais urgente das consequências diretas da pobreza seja a fome e a falta de acesso aos alimentos. Por isso, o ODS 2 visa acabar com a fome e promover a agricultura sustentável, como veremos no tópico a seguir.

2.2 ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Objetivo: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável (ODS 2)

Quando fazemos compras em supermercados e vemos toda a variedade de produtos, dificilmente conseguimos conceber a ideia de que ainda há fome no mundo. Podemos pensar: mas, se as indústrias conseguem fazer tamanha quantidade e diversidade de produtos, como a fome ainda pode assolar a humanidade? A resposta para essa questão poderia ser bem simples: sim, atualmente, a quantidade de alimentos produzidos no mundo é suficiente para alimentar todos os seres humanos da Terra. Mas, se é mesmo assim, por que, então, há um terço de indivíduos que ainda estão no mapa da fome mundial? E, principalmente, por que um terço de todos os alimentos produzidos são desperdiçados? Bem, essas são mais algumas das incoerências do nosso insustentável sistema socioeconômico atual. A grande questão é que a fome não é um problema de produção de alimentos e, sim, de acesso a eles e está diretamente relacionado ao ODS anterior: a pobreza. Para entender esse conceito, temos que voltar um pouco no tempo. Antes disso, porém, vale ressaltar que a fome (e o medo dela!) foi constantemente utilizada como mecanismo de dominação de impérios, mas isso daria um outro curso. Aqui vamos concentrar-nos no período da Revolução Industrial e seus desdobramentos, como a revolução verde e seus impactos no setor alimentar.

Quando falamos em produção e consumo de alimentos na atualidade, dificilmente pensamos no cultivo do alimento ou no agricultor responsável por isso. Raramente, temos alguma noção da trajetória daquele ingrediente, de como ele foi do campo para o nosso prato ou quais aditivos foram adicionados nele. Muitas vezes, consumimos nossos alimentos de maneira passiva e mecânica. Qual foi a última vez que você se perguntou de onde veio seu alimento (não vale responder que veio do aplicativo!)? Não se sinta mal se esse tipo de reflexão não fizer parte do seu cotidiano. Temos passado por um longo processo de desconexão entre o cultivo e o consumo de alimentos. E é justamente essa desconexão que tem causado efeitos nocivos ao meio ambiente.

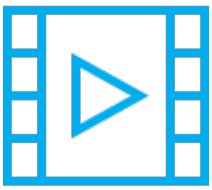
Essa desconexão se inicia quando há a separação do contexto e significado integral dos alimentos. Tenhamos o leite como exemplo. Não vemos mais a imagem do agricultor de manhã tirando o leite da vaca, extraindo manteiga da nata, fazendo queijo e ricota do soro (apesar de isso ainda ser feito, mas dificilmente chega assim aos centros urbanos). Em vez disso, temos visto como matéria-prima para uma agroindústria leiteira, que processa esse leite em leite UHT (longa vida, normal, semidesnatado, desnatado, sem lactose etc.) e o transforma em diversos subprodutos, como queijo, manteiga, iogurte, creme de leite e daí por diante (ZANETI, 2017).

Podemos eleger como marco desse processo a Segunda Guerra Mundial, quando a mulher passa a compor o mercado de trabalho e tem sua jornada dividida entre o trabalho doméstico e o trabalho formal. Nisso, há uma explosão do fenômeno de comer fora de casa, ocasionando o *boom* de abertura de estabelecimentos de alimentação, principalmente *fast food* e, também, da produção de alimentos industrializados prontos (em lata, congelados, em pó), com vistas a "facilitar" a alimentação contemporânea.

É fato que a agricultura acompanhou os avanços tecnológicos e a industrialização e isso se impulsionou em meados dos anos 1960. Esse processo de modernização da agricultura, que é chamado de Revolução Verde, desencadeou a mecanização da agricultura, o aumento de produtividade por área cultivada, o aumento de monoculturas, em especial milho e soja, adubo químico, pesticidas e agrotóxicos, evidenciando cada vez mais o negócio do "agro". Ao mesmo tempo, as indústrias agroalimentares começaram a se desenvolver, bem como os supermercados. O resultado dessa combinação foi a concentração de terras, uma brusca mudança da população rural para a urbana, o envelhecimento e empobrecimento do homem do campo, o inchaço dos entornos e margens da ci-

dade (como favelas[2]) e a pobreza e a diminuição de mercados locais, como feiras. Além dos efeitos sociais, podemos também ressaltar os impactos ambientais do combo modernização da agricultura e industrialização da alimentação: poluição e secagem de nascentes, desmatamento, extinção de espécies animais e vegetais, degradação dos solos, desertificação, intoxicação dos lençóis freáticos.

Além de todo esse contexto, podemos destacar, ainda, que a alimentação baseada no alimento produzido nessas condições tem gerado muitas incoerências: se, por um lado, um terço das pessoas é acometida pela fome, ao mesmo tempo em que um terço dos alimentos é desperdiçado; por outro, temos verificado a crescente incidência de maiores índices de obesidade e suas doenças combinadas; ao mesmo tempo, vemos muitas cadeias produtivas, como a do cacau, mantendo práticas de trabalho escravo ou análogas a ele, ao passo que as multinacionais de alimentos são as mais rentáveis do mundo.



Para ajudar nessa reflexão, assista a esse vídeo sobre a biodiversidade e sobre a forma como o atual sistema agroalimentar tem interferido em seu equilíbrio e o que nós podemos fazer para reverter esse processo:
https://youtu.be/gu8_qsrzPGw

Todo esse cenário nos faz refletir:

É possível atingir a sustentabilidade se nos alimentarmos de um sistema que causa toda essa problemática?

Diante disso, a ONU estabeleceu o ODS 2, que visa "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, devido à urgente adoção de novos sistemas de produção de alimentos que evidenciem práticas sustentáveis".

Assim, a ONU estabelece as seguintes metas para o ODS 2:

METAS

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;

[2]Favela é o conjunto de habitações populares precariamente construídas e desprovidas de infraestrutura (rede de esgoto, de abastecimento de água, de energia, de posto de saúde, de coleta de lixo, de escolas, de transporte coletivo etc.). As favelas estão localizadas em áreas ocupadas irregularmente nas encostas dos morros, nas margens de córregos, rios, canais, mangues e assentamentos periféricos precários nas cidades.

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente;

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha;

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de *commodities* de alimentos e seus derivados e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

Como podemos alcançar essas metas?

Primeiramente, devemos destacar que o Brasil é o pioneiro na política e legislação de segurança alimentar e nutricional, que visa à manutenção da diversidade de alimentos, bem como à sua produção qualitativa e quantitativa suficiente para abastecer a população. A nossa legislação visa desenvolver a agricultura familiar e preservar a cultura alimentar típica e regional, que é de interesse para a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), como prevê a Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN), em seu artigo 4º:

"promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional" (PNSAN, 2010).

A partir desse normativo (Decreto n. 7.272, de 25/8/2010), fica claro que existem esforços para o fortalecimento da agricultura familiar, bem como da produção agroecológica e orgânica a fim de promover práticas sustentáveis no sistema alimentar moderno. Mas o que seria essa agricultura sustentável? A agricultura sustentável tem como objetivo promover o cultivo de alimentos em qualidade e quantidade satisfatórias para a população, respeitando o equilíbrio e a biodiversidade do meio ambiente. Existem várias formas de cultivo de alimentos que se aproximam desse ideal, mas iremos destacar duas: a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos.

A **agroecologia** "tem como base a sistematização e consolidação de saberes e práticas (empíricos tradicionais ou científicos), visando à **agricultura** ambientalmente **sustentável**, economicamente eficiente e socialmente justa". É uma ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar sistemas de produção de base ecológica (agro

ecossistemas). É uma abordagem que integra os conhecimentos científicos (agronômicos, veterinários, zootécnicos, ecológicos, sociais, econômicos e antropológicos) aos conhecimentos populares para a compreensão, avaliação e implementação de sistemas agrícolas com vista à sustentabilidade (EMBRAPA, 2007).

Já o cultivo orgânico é todo aquele em que se adotam técnicas específicas mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, segundo a Lei n. 10.831, de 23/12/2003.

O grande objetivo desses tipos de cultivo é gerar o mínimo de impacto possível no meio ambiente e cultivar alimentos bons, limpos, justos, locais, de sabor autêntico, que respeite o agricultor e a biodiversidade local.

Localizar e socializar os alimentos a partir de uma agricultura sustentável e fortalecimento de canais de comercialização que aproximem o agricultor e o consumidor final é a estratégia chave para atingir o ODS 2. Além dessas ações, existem diversas outras como o desenvolvimento do turismo rural, a pluriatividade nas propriedades rurais, produção orgânica e agroecológica e agroextrativismo, todas promovem, além da valorização do pequeno produtor e de seus produtos, o uso sustentável da terra, o fortalecimento e valorização das feiras e comunidades que sustentam a agricultura (CSA), restaurantes parceiros dos agricultores locais, entre muitas outras!

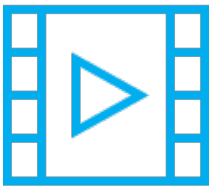
Assim, podemos entender como as práticas da alimentação cotidiana convencional acabam, direta e indiretamente, alimentando um ciclo de pobreza e fome. Essas duas grandes lacunas sociais estão associadas, também, a um terceiro fator muito importante: o (não) acesso à educação de qualidade e é disso que se trata o ODS 4.

2.3 ODS 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Objetivo: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4)

Se você está tendo acesso a este material, provavelmente teve condições de estudo ao longo de sua vida. Seja estudando em escolas públicas ou particulares, estudando integralmente ou dividindo o tempo entre os estudos e o trabalho, você teve o privilégio de estudar. Sim! Dizemos que é um privilégio, pois existem 758 milhões de adultos analfabetos em todo o mundo, sendo que 14% desse total são jovens de 14 a 24 anos, em sua maioria (2 em cada 3) mulheres. Segundo dados da ONU, "a matrícula na educação primária em países em desenvolvimento chegou a 91%, mas 57 milhões de crianças permanecem foram da escola"; mais da metade dessas crianças que estão fora da escola vivem na África Subsaariana. Ainda segundo a ONU, essas crianças geralmente vivem em áreas de conflito e em situação de pobreza, o que aumenta em quatro vezes a chance de ficarem sem educação.

Segundo o pedagogo Paulo Freire, a educação é libertadora, pois permite a plena realização e consciência do ser. A educação é, também, um dos mais importantes vetores para o acesso aos direitos humanos, pois sem ela, outros direitos essenciais como alimentação adequada, liberdade e saúde ficam restringidos (POLO, 2019). Porém, quando se fala em acesso à educação de qualidade, não nos estamos referindo apenas a frequentar a escola, afinal as pesquisas da ONU estimam que cerca de 250 milhões de crianças que frequentam a escola não sabem ler, escrever ou contar de forma satisfatória. Isso se deve a uma série de fatores, mas podemos destacar problemas cognitivos relacionados à desnutrição e à falta de infraestrutura, tanto de pessoal quanto física, das escolas



Para entender melhor o que discutimos até agora, veja este vídeo do IBGE, que explica as questões associadas ao ODS 4 e as relaciona com o contexto brasileiro: https://youtu.be/htHKxLMlWrY

O contexto brasileiro segue muitas das causas que fazem o setor educacional ainda ser uma lacuna para o desenvolvimento. A baixa remuneração dos professores, associada a estruturas físicas das escolas muitas vezes inadequadas (falta de água, banheiro, computador ou quadro), número excessivo de alunos por sala de aula ou a presença de professores pouco capacitados são algumas das características que encontramos no contexto educacional brasileiro.

Segundo dados do IPEA, o pressuposto para a educação de qualidade são instalações adequadas para o processo de ensino e aprendizagem e professores com boa formação. Com recursos humanos motivados e capazes, as escolas poderão transmitir aos seus estudantes os princípios de cidadania global, valorização de diversidades e a educação para o desenvolvimento sustentável. Mas como chegar nesse nível de qualidade para a educação?

Diante desse contexto, a ONU estabelece o ODS 4 que é **assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos** e suas seguintes metas:

METAS

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;

4.2 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

Quais são as estratégias para alcançar essas metas?

Como previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação "deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais". Por isso, o ODS 4 entende que educação de qualidade e para todos não se trata apenas da inclusão escolar, tendo em vista que é um eixo transformador, mas sim de todo o processo de

educação formal, que deve primar pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desde a primeira infância até a formação técnica e superior, bem como a qualificação de jovens e adultos para o mundo do trabalho.

Por isso, as estratégias que têm sido desenvolvidas buscam inserir as meninas a uma educação de qualidade, capacitar os professores para que eles possam fornecer esse tipo de educação, investir na infraestrutura física da escola e, também, trazer projetos culturais e científicos que possam desenvolver as diversas habilidades individuais e coletivas dos alunos.

O Brasil tem medidas importantes nesse sentido, como o Plano Nacional de Educação – PNE, previsto na Constituição Federal. O Plano (Lei n. 13.005, de 25/6/2014) prevê metas e diretrizes estratégicas para a política educacional de 2014 a 2024. Segundo projeções do IPEA, se o PNE for executado satisfatoriamente, é possível que o Brasil atinja 70% das metas estabelecidas pelo ODS 4 até 2024. Para tanto, é necessária uma série de ações coordenadas, como aprimorar a Base Nacional do Currículo Comum, dar enfoque para a equidade de gênero, direitos humanos e cidadania, formação docente e de gestores escolares (FUNDAÇÃO TELEFONICA VIVO, s/d).

Apesar da esfera governamental ter um peso importantíssimo, a Unesco recomenda que esse processo seja responsabilidade de todos e que os esforços conjuntos devam ser feitos desde uma esfera individual até a organizacional e institucional.

Nesse mesmo sentido, levando em consideração os ODSs como política global, Rafael Gué lista cinco dicas para alcançar o ODS 4 com o envolvimento do indivíduo, da escola, da comunidade e das instituições (como a universidade), sendo elas:

- Promover alfabetização midiática informacional – leitura crítica das mídias e informações dispostas;
- Promover parcerias da escola com a comunidade – desenvolver projetos que estimulem a ação da comunidade dentro das escolas;
- Reunir trabalhador social e educador – trabalho social junto à educação para estimular a educação para a cidadania;
- Votar em políticos que não reduzam investimentos na educação – escolher políticos que proponham investimentos na educação;
- Promover ação global – aplicar ações globais nas escolas locais.

O material pode ser visto na íntegra neste *link*: http://kaleydos.com.br/5-dicas-para-alcancar-o-ods-4-educacao-de-qualidade-para-todos/

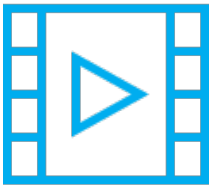
Podemos entender que a educação é transformadora quando possibilita a liberdade do ser e caminhos para a equidade social e paz. Mas ainda, como vimos, há um longo caminho a ser percorrido, o que demanda investimentos governamentais e, também, da sociedade como um todo. Há um ponto importante que chama a atenção no ODS 4: o baixo acesso de meninas à educação. Considerando as desigualdades relacionadas aos gêneros desde a base, a ONU estipulou o ODS 5, que visa à igualdade de gênero, como veremos a seguir.

2.4 ODS 5 - IGUALDADE DE GÊNERO

Objetivo 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Na sociedade em que vivemos, ser mulher implica uma luta constante por igualdade. Longe de ser um problema atual, a falta de equidade de oportunidades, espaços e protagonismo das mulheres em relação aos homens ainda se mostra como grande barreira a ser superada para que elas possam ter seus direitos, liberdades e respeito garantidos.

A luta por igualdade de gênero perpassa várias questões urgentes, como a erradicação da violência contra a mulher, a liberdade de escolha de parceiros e a erradicação do casamento infantil, a equiparação salarial entre homens e mulheres e a ocupação simétrica de espaços políticos, de gestão e tomadas de decisão.



Vamos agora ver um vídeo do STJ a respeito do ODS 5:
https://youtu.be/3gWgnU-99RY

Veja também um vídeo do IBGE que explica de forma detalhada como a desigualdade de gênero impede que muitas mulheres tenham liberdade e paz para serem protagonistas de sua própria história e da sociedade:
https://youtu.be/Mm0gzKOiJVU

Antes de continuar, você sabe o que é gênero? Segundo o IPEA, "diferentemente da orientação sexual, que foca nas práticas sexuais dos sujeitos, o gênero é definido (e continuamente redefinido) pelo reconhecimento social e identitário dos sujeitos quanto ao sexo de seus corpos: homens e mulheres que foram assim designados/as ao nascer (cis-gênero), homens e mulheres transexuais, intersexos, transgêneros, travestis, dentre outros. Além disso, trata-se de conceito que dialoga de maneira mais próxima com as práticas sociais e o arcabouço cultural, que reforçam desigualdades e discriminações de acordo com estereótipos e papéis de gênero" (IPEA, s/d).

Segundo dados da ONU, "mulheres na África do Norte ocupam menos de um a cada cinco empregos pagos em setores que não sejam a agricultura" e "em 46 países, as mulheres agora ocupam mais de 30% das cadeiras no parlamento nacional em pelo menos uma câmara" (ONU, s/d - https://nacoesunidas.org/pos2015/principais-fatos/). É importante ressaltar que **nenhum** país já atingiu a igualdade de gênero e que somente com ela podemos ter uma sociedade pacífica. Afinal, além de todas as questões relacionadas à falta de espaço e oportunidade, essa desigualdade permite que números altíssimos de violência contra a mulher continuem estáveis. Segundo dados das Nações Unidas (2018), a violência contra a mulher pode ser considerada uma pandemia, pois atinge cerca de 35% das mulheres de todo o mundo.

Diante desse contexto, a ONU estabeleceu o Objetivo 5: **Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Para alcançar esse objetivo, a organização estipulou as seguintes metas:

METAS

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;

5.a Empreender reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e aos recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;

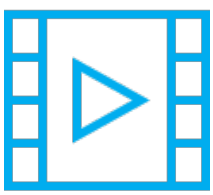
5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

O que está sendo feito para que esse objetivo seja alcançado?

Em termos de mercado de trabalho, ao redor do mundo, vê-se que há uma preocupação cada vez maior de empresas e instituições em ter equipes com número simétrico de homens e mulheres. Não apenas em números, mas também em equidade salarial e práticas para promover a conciliação da vida familiar e profissional (confira outras dicas no manual Boas Práticas de Conciliação entre Vida Profissional e Vida Familiar).

Além disso, em termos de conscientização, a ONU Mulheres tem vários projetos, mas um, em especial, ganhou bastante visibilidade: o movimento #heforshe (eles por elas) de solidariedade da ONU Mulheres pela igualdade de gênero. Esse movimento tem como objetivo envolver homens e meninos em um esforço global na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade. **O movimento se organiza nos seguintes princípios:**

- **Atenção:** educação, sensibilização e conscientização;
- **Argumentação:** impacto por meio de políticas e planejamento;
- **Ação:** captação de recursos e outras ações.



Para aprofundar este tema, assista aqui o discurso de Emma Watson no lançamento da campanha:
https://youtu.be/CT9-CF3Wpmo

No Brasil, as estratégias para alcançar essas metas se concentram em três políticas principais, segundo o Estratégias ODS:

1. a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), que trabalha com ações e programas que tratam de questões sobre a saúde da mulher, passando pela violência contra a mulher e a ampliação da representação política feminina nos espaços de poder.

2. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) 2013-2015, que é abrangente e está em concordância com o que preconiza o ODS 5. Como a temática de gênero é transversal, há ações e metas propostas para diferentes áreas, como saúde, educação, trabalho, segurança.

3. O combate à violência contra a mulher com o marco legal da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 2006), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica contra a mulher. Outro marco é a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que tem entre suas diretrizes a estruturação de uma rede de atendimento nos estados, municípios e no Distrito Federal.

Para além da esfera governamental, há muito que podemos fazer como cidadãos em termos institucionais, como as ONGs, do terceiro setor e na esfera individual. Exemplo disso são os projetos destas organizações. Sabemos de ações que buscam reconhecer e valorizar o trabalho doméstico não remunerado, assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva, garantir a igualdade de direitos e de oportunidades, promovendo o empoderamento das mulheres em todos os campos.

Um caso interessante é o projeto ***Mães Esplendorosas***, realizado em 2019. Em seu âmbito, foram desenvolvidas atividades que promoviam a **autovalorização da mulher** com o objetivo de também estimular um novo processo de **aprendizagem, priorizando dinâmicas e exercícios associados ao desenvolvimento humano integral e financeiro**. Para a construção coletiva de conhecimento, é necessário tempo e continuidade. E, justamente por fazermos este trabalho de acompanhamento, conseguimos verificar que as vinte mulheres participantes do projeto conquistaram os seguintes resultados:

- Aumento da autoestima e protagonismo pessoal;
- Aumento do potencial em criação de estratégias;
- Aumento da capacidade em poupar;
- Ampliação da visão de negócio;
- Perspectivas futuras baseadas em fatos concretos;
- Conscientização sobre a própria organização financeira e contábil.

O exemplo dos resultados desse projeto mostra que, se associarmos os esforços para fortalecer as comunidades vulneráveis, investirmos em sua educação e capacitação e buscarmos a igualdade entre todos independentemente de gênero, cor e classe social, poderemos juntos construir uma sociedade de paz entre nós e em equilíbrio com o meio ambiente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste módulo, buscamos estudar o desenvolvimento sustentável, as suas dimensões e a sua construção. Apresentamos a Agenda 2030, o ODS 1 – Erradicação Da Pobreza, ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 4 – Educação de Qualidade e ODS 5 – Igualdade de gênero e as suas metas. Vimos que a ONU teve um papel crucial na construção da Agenda 2030, que tem uma longa trajetória histórica.

Existe uma esfera institucional, de estado, muito forte, porém a Agenda 2030 só será validada se cada um de nós fizer a sua parte tanto na esfera individual quanto na coletiva.

Para refletir e para você se envolver ainda mais, propomos um desafio: Vamos elaborar a sua Agenda 2030? Vamos começar neste Módulo, a partir de cada ODS estudado. Quais são as suas metas para 2030? Quais são as atitudes no seu cotidiano, na sua casa, no seu trabalho que contemplam as metas dos ODS 1, 2, 4 e 5?

Você pode consultar também este guia bem-humorado lançado pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e que dá dicas de ações que podem ser tomadas para alcançar os ODS: Guia do Preguiçoso.

No próximo módulo, analisaremos os ODS 3, 6, 9, 11 e 12.

Vamos lá? Nosso estudo já avançou muito, mas ainda temos diversos pontos interessantes a analisar.

BIBLIOGRAFIA

AMAZONAS, Maurício. Economia Verde e Rio + 20: Recortando o Desenvolvimento Sustentável. NECAT: Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 24-39, 2012. Disponível em: http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/necat/article/view/2236/2606. Acesso em: 18 jul. 2020.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Ed. Garamond, Rio de Janeiro. 2009.

ZANETI, Tainá B. Tese de Doutorado. Cozinha de raiz: as relações entre chefs, produtores e consumidores a partir do uso de produtos agroalimentares singulares na gastronomia contemporânea. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS. Porto Alegre, 2017.

SITES CONSULTADOS

NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 17 Objetivos para transformar nosso mundo. In: Agenda 2030. [S. l.], 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/. Acesso em: 6 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Brasília, DF, out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 7 jul. 2020.

https://aventuradeconstruir.org.br/ods-em-pauta-aventura-de-construir-e-o-ods5-igualdade-de-genero/ Acesso em 20 jul.2020

https://nacoesunidas.org/violencia-contra-as-mulheres-e-pandemia-global-diz-chefe-da-onu/ Acesso em 19 jul.2020

https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html/ Acesso em 11 jul.2020

https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html/ Acesso em 11 jul.2020

http://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods4/ Acesso em 18 jul.2020

https://www.iberdrola.com/sala-comunicacao/top-stories/ods-4-educacao-qualidade/ Acesso em 19 jul.2020

http://fundacaotelefonicavivo.org.br/educacao-do-seculo-xxi/os-desafios-do-brasil-para-alcancar-uma-educacao-inclusiva-e-de-qualidade/ Acesso em 18 jul.2020

http://kaleydos.com.br/5-dicas-para-alcancar-o-ods-4-educacao-de-qualidade-para-todos/ Acesso em 18 jul.2020

http://www.estrategiaods.org.br/os-ods/ods5/ Acesso em 19 jul.2020